

Territórios em Rede

Revista da
Cooperação
LEADER



Editorial

Na sua missão de promover o desenvolvimento integrado dos territórios rurais, os Grupos de Ação Local (GAL) têm dinamizado projetos de cooperação apoiados pelo LEADER. Estes possibilitam que os territórios partilhem as suas competências e experiências, acedam a mercados a que individualmente não teriam acesso e desenvolvam a sua oferta de produtos. A cooperação é uma ferramenta importante para estes territórios aumentarem a sua competitividade, desenvolvendo-se económica e socialmente. Atualmente, os GAL encontram-se a desenvolver 47 projetos de cooperação interterritorial e transnacional LEADER. Predominam os projetos nas áreas do turismo e da promoção e comercialização de produtos locais, setores muito importantes que assentam, geralmente, na valorização dos recursos dos territórios. As dificuldades atuais que o país enfrenta, que se fazem sentir de forma ainda mais aguda no mundo rural, tornam mais premente esta atuação. Com o atual período de programação de fundos comunitários perto do seu termo, importa aplicar as verbas disponíveis o melhor possível, maximizando o seu resultado, e preparar os regulamentos do próximo período para uma aplicação ainda mais eficaz.

Regina Lopes, Diretora

A cooperação LEADER

A Medida de Cooperação LEADER tem sido um instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento dos territórios. Importa refletir sobre os seus regulamentos, implementação prática e resultados, contribuindo assim para a melhoria da sua aplicação no quadro atual e o seu aperfeiçoamento futuro.



Entrevista a Jorge Rodrigues

O coordenador da ADIRN reflete sobre a cooperação LEADER, defendendo que deve ser reforçado o seu papel nas Estratégias Locais de Desenvolvimento. Considera que os prazos dos projetos deveriam ser alargados, para se obterem melhores resultados.

P. 4 - 6



Cogumelos geram emprego

CORANE promove curso de micologia em projeto de cooperação transnacional. P. 9



Missão Hortofrutícola

GAL levam associações de produtores à Fruit Logística, em Berlim. P. 14

Cooperação LEADER

Ponto da situação em Portugal



Desde o início da iniciativa LEADER, a Comissão Europeia, assim como os numerosos protagonistas em cada um dos Estados Membros, compreendeu que, por vezes, o potencial de desenvolvimento dos territórios rurais poderia ser melhor aproveitado se fosse possível a diferentes territórios realizarem projetos em conjunto.

Era importante, então, dotar a política de desenvolvimento rural de um instrumento que permitisse a execução de projetos comuns, pelo que essa possibilidade aberta no decurso do LEADER I, foi formalizada através de medidas específicas no LEADER II e depois no LEADER+.

A experiência revelou-se muito positiva. As Associações de Desenvolvimento Local [ADL] que geriam (e gerem) a aplicação do LEADER nos territórios rurais de toda a Europa iniciaram projetos de cooperação, a maior parte dos quais vieram a produzir resultados muito positivos.

Foram concebidos dois tipos de projetos de cooperação: inter-territorial e transnacional. Os projetos de cooperação interterritorial são realizados por mais de um território rural de um Estado Membro. Os projetos de cooperação transnacional envolvem territórios de diferentes países. Estes podem ser exclusivamente da União Europeia ou incluir países extra-comunitários.

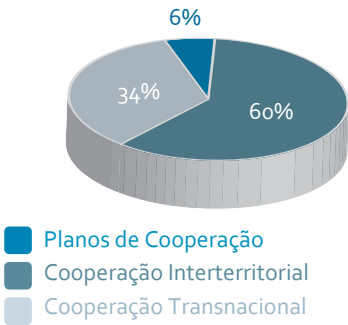
Os projetos de cooperação apoiados pelo LEADER têm de demonstrar que os territórios envolvidos obtêm benefícios concretos com a sua realização. Assim, os projetos de cooperação propostos pelos Grupos de Ação Local (GAL) visam sempre dar resposta a necessidades concretas dos seus territórios, sobretudo quando estas podem ser melhor construídas em conjunto do que isoladamente.

A dotação atribuída à Cooperação LEADER no PRODER é de 12,5 milhões de euros. Trata-se de uma redução de 4,2 milhões de euros

relativamente ao LEADER+ (2000-2006), o que representa um decréscimo de 25 por cento em termos nominais.

Atualmente, estão em execução 20 projetos de cooperação interterritorial e 27 de cooperação transnacional no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER. Nestes participam 47 GAL do continente, do total de 47 que aí existem. Uma parte significativa destes, 42 por cento, são projetos de continuidade, que pretendem capitalizar os projetos anteriormente desenvolvidos, agora com parcerias mais alargadas e objectivos renovados.

Como resultado, a alocação de verbas da cooperação foi distribuída maioritariamente pela cooperação interterritorial, com 7,2 milhões de euros, seguida pela transnacional, com 4,1 milhões de euros, e os planos de cooperação, a que foram destinados 757 mil euros.



Nos Açores prevê-se que o PRORURAL abra em breve candidaturas à cooperação e na Madeira não há ainda previsões relativamente à Medida de Cooperação no PRODERAM. Assim, embora os seis GAL das regiões autónomas não participem atualmente em qualquer projeto de cooperação, preparam-se para aderir a projectos em curso no continente e para formalizar parcerias com outros territórios da União Europeia.

“A União Europeia compreendeu que o potencial de desenvolvimento dos territórios rurais poderia ser melhor aproveitado se fosse possível a diferentes territórios realizarem projetos em conjunto.”

Pensar a cooperação LEADER

Um dos grandes desafios que se coloca à Cooperação LEADER, como aliás à generalidade das iniciativas com carácter “*bottom-up*” é a articulação das dinâmicas de base e dos projetos protagonizados por cada território com as políticas de nível nacional ou internacional.

Este desafio exige que as linhas de política, programáticas e a regulamentação nacional sejam construídas tendo em conta as necessidades, vontades e expectativas das bases e que, por outro lado, cada projeto “individual” se inscreva claramente nas grandes opções estratégicas dos países ou das regiões.

Para que isto aconteça no momento da execução dos projetos, é fundamental a partilha de informação de qualidade em tempo útil. Mas, antes, no processo de definição das políticas e de construção dos programas, é imprescindível que a experiência dos executores e destinatários seja incorporada.

As dificuldades que hoje enfrenta a cooperação LEADER têm a sua origem na construção dos próprios Programas de Desenvolvimento Rural (PRODER, PRORURAL e PRODERAM) em que esta se encontra atualmente enquadrada. A sua conceção não valorizou a cooperação e não criou mecanismos para que estivessem suficientemente articulados.

Desde logo, o facto de as datas de abertura de concursos serem diferentes em cada Programa de Desenvolvimento Rural dificultou a cooperação entre os territórios do continente e das regiões autónomas. Quando abriram os concursos no continente, estes estavam fechados nos Açores e na Madeira, pelo que os

Grupos de Ação Local (GAL) dessas regiões não puderam aderir aos projetos. Agora que se prevê que abra o concurso à cooperação nos Açores, já no continente estes estão fechados há muito tempo e na Madeira não se sabe ainda quando (ou se) abrirá algum concurso.

Por outro lado, porque ao pôr-se os GAL a competir pelas verbas, escassas, destinadas à cooperação (enquanto nos anteriores períodos de programação todos os territórios tinham reservada uma dotação para poderem cooperar) incentivou-se a apresentação de um grande número de projetos por cada GAL, para assegurar que pelo menos alguns seriam aprovados.

Daqui resultou que a Medida de Cooperação do PRODER esgotou as suas verbas muito cedo, o que leva a que agora que as ELD (Estratégia Locais de Desenvolvimento) têm a sua implementação em marcha nos territórios, e quando fazia mais sentido lançar novos projetos de cooperação que as potencializassem, já não é possível apresentar candidaturas.

No caso da cooperação transnacional, enquanto que alguns países recorrem a concursos abertos em contínuo para seleccionar os projetos, outros, como foi o caso de Portugal, recorrem a concursos limitados no tempo em períodos raramente coincidentes entre países. Uma vez que os projetos requerem a aprovação nos diferentes países, os processos arrastam-se no tempo, até que uma parceria que envolva territórios de vários países veja o seu projeto aprovado.

A falta de articulação entre as autoridades de gestão e as estruturas das rede rurais

Nacionais, com a responsabilidade de apoiar os processos de cooperação, também não contribui para ultrapassar esta dificuldade.

À semelhança dos *timings* e dos prazos, a regulamentação entre países também é muito díspar no que respeita a beneficiários, elegibilidades, taxas de apoio, etc., e até ao nível das exigências para a formalização das parcerias no momento das candidaturas. Estas questões assumem grande importância quando, aprofundando os processos de cooperação para além dos intercâmbios, parceiros de diferentes países pretendem pôr em prática “ações comuns”. O financiamento de ações comuns pode transformar-se, mesmo em projetos de cooperação interterritorial, num quebra-cabeças do ponto de vista administrativo e financeiro capaz de desmobilizar os parceiros mais empenhados.

O carácter inovador e demonstrativo de muitos destes projetos requer uma flexibilidade na aplicação da regulamentação que promova o aparecimento e a experimentação de novas soluções de desenvolvimento adaptadas às necessidades dos territórios rurais.

Algumas destas considerações, identificadas num trabalho da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural com a participação de elementos das redes, GAL e administração de vários países da União Europeia (UE), foram já tidas em conta na proposta de regulamento do FEADER para 2014 – 2020, apresentada pela Comissão. Aos Estados-Membros cabe trabalhar no sentido de simplificar a implementação da Cooperação LEADER nos futuros Programas de Desenvolvimento Rural.



Luís Chaves
Editor.
Engenheiro Agrónomo,
Coordenador da Federação
Minha Terra.

Entrevista a Jorge Rodrigues

Jorge Rodrigues, licenciado em Engenharia Agronómica, é há 18 anos coordenador da ADIRN, Grupo de Ação Local que está envolvido em mais projetos de cooperação LEADER. Defende que a cooperação deve ser repensada, fazer parte da Estratégia Local de Desenvolvimento dos Territórios e ter prazos mais longos para implementar.



“A cooperação devia fazer parte da estratégia das associações e dos próprios planos de desenvolvimento local.”

Por que motivo a ADIRN [Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte] tem estado tão envolvida na cooperação?

Neste momento a ADIRN tem 11 projetos diferentes de cooperação a funcionar, mas é uma experiência que vem de há bastante tempo.

Nós começámos ainda no LEADER I, quando não existia a figura da cooperação no LEADER. Na altura, iniciámos o desafio com parceiros da Europa Comunitária. Fomos desafiados pelo Paul Soto, do Grupo LEADER do Vale do Jerte, em Espanha, a participar num projeto chamado Antenas Comerciais Europeias, que abordava a temática dos produtos locais e as questões da distribuição. Em simultâneo também fomos desafiados a participar no desenvolvimento de projetos na área do turismo. De forma que desde muito cedo começámos a cooperar, a partilhar experiências e aprender com as outras associações e com outros casos.

Sempre valorizámos esse *know-how*, essa aprendizagem e essa possibilidade de ver as coisas para além do nosso território, numa dimensão diferente. De modo que a cooperação sempre foi estratégica para a ADIRN.

Em termos de cooperação transnacional, com que países cooperam? Porquê dessas escolhas?

Em termos de cooperação transnacional, na ADIRN temos atualmente projetos com países lusófonos: um projeto com Cabo Verde, chamado “Rota da Morabeza”, que está ligado ao turismo e aos intercâmbios; outro projeto também com Cabo Verde, chamado “Encurtar Distâncias”, em que o GAL ADREPES é chefe de fila, mais ligado à produção agrícola e à comercialização de alimentos; e depois somos parceiros no “Cooperar em Português”, que tem 18 parceiros, em que o objetivo é envolver todos os países da lusofonia na troca de experiências.

Não temos neste momento mais parceiros transnacionais porque na maioria dos países europeus a cooperação está atrasada; estão a começar agora a surgir as propostas de cooperação, algumas delas muito interessantes, mas em Portugal a Medida de Cooperação LEADER já tem as verbas todas comprometidas, pelo que não se prevê a abertura de mais concursos e os Grupos de Ação Local [GAL] não podem apresentar mais projetos. Por isso, não podemos dar resposta aos nossos parceiros europeus.

A seleção não é feita tanto pelos países, mas sobretudo pelos temas. Temos neste momento desafios da Finlândia, da Estónia, da Letónia e de França para colaborar em termos das feiras medievais e da temática de

“Projetos mais estruturantes não se realizam em dois anos. No futuro deveria pensar-se em prazos de cooperação mais alargados, com cinco anos no mínimo.”

reconstituições históricas, que é um projeto que estamos a desenvolver no Ribatejo Norte, em que temos todo o interesse em colaborar com outros países da Europa, mas como referi a cooperação está fechada em Portugal.

Temos também alguns desafios de alguns outros países, como a Hungria, a Alemanha e a França, para a temática da promoção turística, a que não podemos dar resposta.

No passado, no LEADER, cooperámos principalmente com Espanha, por uma questão de proximidade e afinidade. Cooperámos com França na temática dos Templários e com a Itália nas questões do turismo ativo e de aventura, pois encontrámos parceiros interessados nessa temática. Têm sido essas as razões para a nossa aproximação aos GAL europeus, mais pelos temas do que propriamente por ser deste ou daquele país.

Estas cooperações no âmbito do LEADER são de interesse mútuo, bilateral. E, por vezes, com os países da lusofonia é mais difícil justificar o interesse dessa cooperação para os nossos territórios.

Mas no caso de Cabo Verde, que é um país bem organizado, tem algum interesse para nós como mercado. Cerca de 90 por cento dos produtos consumidos em Cabo Verde são de origem portuguesa e nós estamos, através dos nossos parceiros, a tentar levar os produtos e produtores do nosso território ao mercado de Cabo Verde. Conseguimos de alguma maneira com os vinhos e os azeites, e agora vamos continuar esse trabalho. Em troca damos algum apoio na área da formação, quer na área do turismo quer dos produtos locais, e na organização do próprio modelo das Associações de Desenvolvimento Local [ADL].

Em relação aos projetos que temos com Cabo Verde, de facto a escolha por esse país recaiu no facto de ter bastantes organizações bem preparadas, com pessoas interessantes, que conhecem a metodologia LEADER e que estão disponíveis para cooperar.

E em termos de cooperação inter-territorial, como selecionar os parceiros mais adequados para os projetos que se pretendem desenvolver?

Nós normalmente lançamos a ideia do projeto e aceitamos os parceiros que pretendem aderir. Mais uma vez, pelo tema e não por outro tipo de critério. O nosso maior projeto chama-se Qualificação do Turismo Ativo que, com base numa marca de qualidade, está a desenvolver uma rede sustentável de parceiros para a oferta de destinos turísticos, centrados nas actividades desportivas de aventura na natureza. Envolve neste momento 13 GAL do continente e esperamos que em breve



inclua também dois dos Açores. Mas também aqui temos o problema dos Açores estar desfocado no tempo em termos de cooperação, pelos prazos do PRORURAL [Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores] serem diferentes. Penso que ainda nem abriu o prazo de candidaturas nos Açores para a cooperação, mas já temos trabalhado com duas associações dos Açores, na medida do que elas podem.

A escolha dos parceiros foi feita principalmente pelas associações que trabalhavam esta temática e que queriam de facto desenvolver estes produtos. Temos um segundo projeto no qual somos chefes de fila, chamado “Verdes são os campos”, que visa a promoção de destinos turísticos rurais em meio urbano, para o que possui um espaço promocional em Lisboa. E participamos também no “Portugal Rural”, que promove e valoriza, em meio urbano, os produtos locais dos territórios parceiros, e que dinamiza uma loja em Lisboa, para promoção e comercialização dos produtos.

Como é que avalia a Cooperação LEADER no presente?

Penso que a cooperação no âmbito do Subprograma 3 do PRODER foi mal organizada desde o início. A componente I, em que elaborámos os planos de cooperação, foi um exercício de reflexão, com algum dinheiro para testarmos metodologias, mas confinada a cinco projetos (o que não faz muito sentido). Com isto pretendia-se definir e organizar estratégias. Mas teve uma insuficiente ligação com a componente II, com a apresentação

de propostas concretas de cooperação e com a sua aplicação prática. Acho que deveria ter sido melhor pensada na fase inicial esta parte da cooperação.

Há casos de associações que têm muitos projetos aprovados, como a ADIRN, há outras que tiveram dificuldade. Penso que se deveria ter estruturado de uma melhor forma, como foi no passado, no LEADER+, que teve planos de cooperação desenvolvidos, ou no LEADER II, que foi quando a cooperação correu melhor.

Acho que a cooperação devia fazer parte da estratégia das associações e dos próprios planos de desenvolvimento local, e devia ser definida uma verba para cada GAL, para todos os territórios terem a oportunidade de aproveitar este canal de desenvolvimento. Da forma como está feita, não me parece muito eficiente.

E relativamente à cooperação que tem sido apoiada por outras entidades, como o IPAD [Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento] ou a União Europeia, faz sentido para o tipo de intervenção que fazem as ADL?

A ADIRN não tem a experiência de facto e, aliás, só recentemente é que alterámos os estatutos para sermos reconhecidos como ONGD [Organização Não Governamental para o Desenvolvimento]. Mas acho que faz todo o sentido esse formato de cooperação que normalmente, para ser financiada pelo IPAD, tem de partir dos parceiros transnacionais dos países em vias de desenvolvimento, que identificam as necessidades de apoio.



Nós estamos também a aproveitar as possibilidades da cooperação LEADER para concebermos, em conjunto com entidades como as de Cabo Verde, projetos de outra dimensão, que serão posteriormente financiados por outros meios. Porque, de facto, o modelo de financiamento do LEADER, no caso dos países da Lusofonia, fica muito aquém das necessidades. Há muitas coisas que é necessário fazer, nomeadamente investimentos físicos e equipamentos fora dos nossos territórios, que o regulamento europeu do LEADER não permite em termos de elegibilidade das despesas. Portanto, esse complemento ao nível da cooperação é fundamental e muito interessante.

Voltou a referir as limitações do LEADER. Pensando já no próximo período de programação, que melhorias é que a cooperação LEADER poderia ter?

Era importante que a cooperação fosse parte integrante das Estratégias Locais de Desenvolvimento. Isto é, deveriam existir planos de desenvolvimento da cooperação para cada território que fossem articulados com a estratégia principal. De facto, tem de haver uma justificação para cooperar e não cooperar só por cooperar.

Acho que cooperar é uma forma de fortalecer as entidades e de as tornar mais capazes, também no seu território. Se realmente tiverem capacidade para fazer coisas fora do território, mais fortes e seguras serão no seu trabalho dentro de portas.

No futuro, penso que o papel do GAL coordenador deveria ser pensado e reforçado. Hoje em dia, dentro de cada projeto de cooperação, cada parceiro tem o seu financiamento próprio. Seria uma solução interessante que o GAL coordenador tivesse a gestão financeira das ações comuns do projeto e as pudesse mais facilmente executar.

Por outro lado, a sincronização dos tempos de abertura dos concursos, quer a nível nacional – com os Açores e a Madeira – quer a nível europeu, é fundamental. Como é lógico, não se consegue cooperar em tempos

diferentes. Além disso, acho que os projetos devem ter uma escala, um objetivo bem definido, devem ser mensuráveis e ter um retorno garantido.

Penso que tem de se encontrar um formato de seleção dos projetos que permita apurar os que realmente são interessantes e esses ganharem escala e dimensão. Acho que já não é tempo de se apoiarem projetos que não produzem resultados para além de uma visita de intercâmbio.

Quais as vantagens de cooperar com territórios ou países que são concorrentes diretos?

Normalmente coopera-se por dois motivos: ou para ganhar escala para chegar a outros mercados – e aí faz sentido cooperar com os territórios que têm produtos similares, pois estamos a ganhar dimensão na nossa oferta –, ou então para aumentar a nossa gama de oferta.

Nestas duas linhas faz sempre algum sentido encontrar parceiros que são também concorrentes. No caso do turismo ativo, procuramos parceiros que também tenham uma oferta interessante.

Por exemplo, ao chegarmos à Feira de Turismo de Berlim, como acontecerá na próxima semana [a entrevista foi realizada no dia 2 de março], não faria muito sentido estar presente com uma proposta de turismo ativo do Ribatejo Norte; se calhar era uma oferta insuficiente e que ao público alemão não dizia muito. Se nós tivermos uma oferta mais completa, como é o caso, apresentamos o país quase todo. Apesar de serem produtos concorrentes, que são praticamente iguais, acabamos por ter uma dimensão e uma escala que nos permite chegar a outros mercados. E claro que esse é o nosso objetivo.

Neste projeto concreto do Turismo Ativo temos uma rede que já tem mais de 30 empresas, que entendem que para chegar a novos mercados não faz sentido irem sozinhas. Uma coisa é apresentar um ou dois percursos pedestres do meu território e outra coisa é chegar à Alemanha e apresentar percursos pedestres do país inteiro. E talvez

consiga motivar algum operador turístico, empresário ou agência a canalizar para cá pessoas.

A cooperação é, por vezes, considerada uma forma importante para adquirir competências. É a vossa experiência também?

Sem dúvida. A troca de experiências é fundamental. Nós, obviamente, não sabemos tudo. Comprar competências na zona é muitas vezes mais caro do que esta metodologia de troca de experiências. E nós temos partilhado com os parceiros toda a informação de que dispomos. No caso do Turismo Ativo, temos muito *know-how* nessa matéria e temos ajudado as zonas que estão numa fase mais inicial. Mas noutros projetos temos aprendido muito. Por exemplo, somos parceiros recentes no projeto PROVE, de forma a aproveitar toda a experiência da ADREPES e das outras associações que estiveram no início, para agora mais rapidamente implementarmos o sistema de comercialização de proximidade no nosso território. Acho que é uma forma muito rápida e eficiente de atingirmos objetivos a partir de experiências concretas.

Atualmente há uma ideia de que tudo tem de ser autossustentável, faz sentido a cooperação ser financeiramente autossustentável?

A cooperação entre as Associações de Desenvolvimento Local dificilmente será autossustentável e penso que por isso se justifica a taxa de financiamento alta, que idealmente deveria chegar aos 100 por cento. Até porque normalmente tem prazos curtos para a sua execução, que é outro problema que deve ser pensado. Projetos mais estruturantes não se realizam em dois anos. No futuro deveria pensar-se em prazos de cooperação mais alargados, com cinco anos no mínimo.

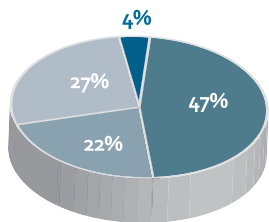
Mas se calhar o que deve ser autossustentável são as raízes que os projetos de cooperação criam. Se os objetivos forem vender, seja turismo sejam produtos locais, o que tem de ser sustentável depois, para ter continuidade, são as ligações comerciais entre as empresas dos territórios dos diversos parceiros.

O estado da arte da Cooperação Transnacional

Análise de projetos de cooperação transnacional sob a medida 421 notificados à Comissão Europeia através do sistema SFC 2007.

Mais de 200 projetos estiveram ou estão atualmente a ser implementados na Europa. Os 11 Estados-Membros mais ativos na implementação de projetos de cooperação transnacional são os seguintes: Hungria, França, Alemanha, Eslováquia, Espanha, Polónia, Roménia, Finlândia, República Checa, Estónia e Portugal.

A análise efetuada recentemente evidencia dois extremos relativamente ao número de parceiros para os projetos de cooperação transnacional na União Europeia (UE). Por um lado, quase metade dos projetos notificados à Comissão Europeia são bilaterais e, por outro, cerca de um terço são multilaterais (4 a 9 parceiros). O projeto com maior dimensão, “Oxtrail Conference”, inclui 16 parceiros de 5 países (Áustria, Alemanha, Hungria, Eslováquia a Roménia), que estudam e desenvolvem projectos turísticos em torno das rotas do gado dos séc. XIII a XVIII na Europa Central.



10 ou mais parceiros
Projetos bilaterais
3 parceiros
4 a 9 parceiros

Portugal está a participar em três grandes projetos, que contam com mais de 10 parceiros cada um.

- 1 - “European network of rural craftsmen” [Rede Europeia de Artesãos Rurais];
- 2 - “Rural Aqua Hidroambiente 21”;
- 3 - “WOLF: wildlife and farmers” [Vida Selvagem e Agricultores].

A Espanha é um parceiro de cooperação natural para Portugal. Contudo, Portugal está a cooperar no âmbito de 17 projetos de cooperação transnacional notificados à Comissão Europeia. Esses projetos incluem a cooperação com os seguintes países: Suécia, Polónia, Finlândia, França, Estónia, Roménia, Bulgária, Hungria, Grécia e Alemanha.

Um outro aspeto da análise está relacionado com a dimensão financeira. O orçamento total dos projetos de cooperação transnacional varia consideravelmente entre, por exemplo, o menor orçamento, 2.217



Seminário

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Organizado pela Plataforma Portuguesa das ONGD e as ONGD MONTE e Engenho & Obra, no passado dia 15 de março, em Évora, o seminário – tal como era esperado – contribuiu para o debate sobre as questões ligadas ao desenvolvimento sustentável e a preservação e conservação dos recursos naturais.

Reunindo decisores políticos, Organizações não governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e para o Ambiente (ONGA) e outros interessados nestas áreas, especialmente em países em desenvolvimento, o encontro “permitiu conhecer intervenções na área da cooperação para o desenvolvimento e abriu novas perspetivas para integrar a dimensão do ambiente e de gestão dos recursos naturais em estratégias de desenvolvimento de luta contra a pobreza alicerçadas em modelos de gestão participada pelas comunidades”.

Segundo Marta Alter, diretora-executiva do MONTE, o seminário “foi igualmente importante para refletir sobre os desafios que se colocam às organizações que conduzem processos de desenvolvimento comunitário, nomeadamente, em matéria de integração de conhecimento científico e de novas tecnologias, e dos seus impactos em termos dos valores tradicionais e culturais, que se pretendem manter como forma de assegurar um desenvolvimento sustentável e mais equilibrado.”

Os trabalhos desenrolaram-se em torno de três painéis temáticos. No primeiro, moderado por Pedro Krupenski, da Plataforma Portuguesa das ONGD, Lia Vasconcelos, do Conselho Nacional do Ambiente e do

Desenvolvimento Sustentável, e Maria do Carmo Fernandes do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, abordaram a intervenção que está a ser realizada a nível nacional para cumprir os compromissos e acordos internacionais com vista a promover um desenvolvimento sustentável.

O segundo painel, dando conta de “Experiências na área da educação e valorização dos recursos naturais”, contou com intervenções de Jorge Revez, que deu uma panorâmica da intervenção da Associação de Defesa do Património de Mértola em vários países africanos de expressão portuguesa; Noémia Simões, da Engenho & Obra, falou do papel da engenharia no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, para encontrar soluções que promovam o desenvolvimento sustentável; Marta Alter, do MONTE, apresentou o ambicioso projeto de Gestão Sustentável dos Recursos Florestais no Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu, na Guiné-Bissau, que visa combater o processo de degradação da vegetação florestal através de uma gestão dos recursos naturais sustentável e participada pelas populações locais; Luís Catarino, do Instituto de Investigação Tropical, explicou as ligações do mercado mundial de carbono e o desenvolvimento comunitário nalgumas áreas protegidas da Guiné-Bissau. Luís Alfaro Cardoso, da Associação Tropical Agrária, moderou.

À tarde, o debate – moderado por José Ferragolo da Veiga, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo – focou-se

em torno das experiências de parcerias que são uma boa prática em termos de gestão de recursos naturais e desenvolvimento sustentável, em particular nos países em desenvolvimento, onde as situações e pobreza e escassez de bens essenciais se confrontam com a utilização/conservação dos recursos naturais.

Neste painel intervieram: Catarina Machado, do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, que destacou a abordagem do CEAI, estabelecendo parcerias para a ação com diversos atores locais (agricultores, caçadores, etc.), na estratégia de conservação das espécies de aves; Diogo Ferreira, do Instituto Marquês de Valle Flôr, que deu a conhecer o projeto UROK, no arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau) com ênfase na parceria com a ONG guineense TINIGUENA e a forte aposta na capacitação das comunidades; e Sara Dourado, da TESE – Associação para o Desenvolvimento, com o projeto Babadinca Sta Claro, ressaltando a importância das parcerias num projeto para a instalação e gestão de uma central de produção de energia na região de Bafatá (Guiné-Bissau).

Fazendo parte de um conjunto de seminários e *workshops* que a Plataforma das ONGD tem vindo a desenvolver para debater temáticas centrais à cooperação, neste encontro ficou evidente a necessidade de aprofundar o debate na sociedade portuguesa sobre os desafios lançados pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável RIO +20 que vai realizar-se no Brasil, em junho deste ano.



CORANE promove curso de Micologia

“Colmatar algumas lacunas e estimular o interesse de curiosos, estudantes, conservacionistas e essencialmente empreendedores.”

A CORANE – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina promoveu um curso de micologia – Produção de Cogumelos e Trufas, que teve início em setembro de 2011 e que entretanto já foi concluído. Realizada no âmbito do projeto AMBI-EMPLEAte, apoiada pela Medida de Cooperação do LEADER, esta iniciativa visou a aquisição das competências laborais e a criação de emprego qualificado nas áreas rurais de alto valor ambiental, inseridas na Rede Natura 2000. A iniciativa representou uma importante ferramenta para potenciais empreendedores na área da micologia, constituindo-se, assim, um fator para a criação de emprego.

A relevância desta iniciativa advém da necessidade de aumentar a consciência de que os cogumelos constituem uma importante fonte de rendimento, sendo imperativo equacionar a “apanha” como uma atividade legal e produtiva e existindo um elevado potencial para investir na sua produção.

De acordo com Artur Nundes, presidente da CORANE, “os cogumelos silvestres sempre fizeram parte da alimentação dos transmontanos, sendo mesmo considerados o pão da terra.” Faz sentido repensar esta atividade, “colmatar algumas lacunas e estimular o interesse de curiosos, estudantes, conservacionistas e essencialmente empreendedores”, acrescenta.

Missão que parece ter sido bem sucedida com este curso: dos 21 participantes, 10 vão investir na produção de cogumelos e dois a três irão mesmo criar o seu posto de trabalho.

Dados os bons resultados alcançados, a CORANE abriu novas inscrições para uma nova edição do mesmo curso, em que conta ter 30 participantes, tendo também lançado um guia prático com a identificação e caracterização das diversas espécies de cogumelos, de modo a divulgar esta interessante cultura.

Guia de Campo dos Cogumelos da Terra Fria

Juan António Sánchez Rodríguez

Há quem diga que existem 300 mil espécies no Reino Fungi, entre aquelas que são conhecidas e as que ainda não foram estudadas mas estão classificadas.

A maioria dos cogumelos são microscópicos (leveduras, mofos, bolores...) e só uma pequena parte desenvolve aparelhos reprodutores que podem ser observados à primeira vista, estes são os que conhecemos como cogumelos.

Este guia tem o propósito de ajudar a conhecer os cogumelos nos seus habitats e a identificá-los no momento da colheita, trazendo dados concretos sobre a comestibilidade ou efeitos não desejáveis da sua ingestão.

O objetivo é, diz o autor, “incutir ao amador que começa neste cativante mundo dos cogumelos uma imagem real deles com uma fotografia demonstrativa, com breve texto e com os cogumelos mais frequentes que podemos encontrar nas nossas caminhadas”.

De forma didática e com muitos desenhos e fotografias de fungos no seu habitat, a publicação apresenta uma descrição dos diversos grupos de fungos, o seu modo de reprodução e ciclo biológico, assim como as características macroscópicas e microscópicas.

O guia elucida também sobre a importância ecológica dos cogumelos, dando conta da “Lista Vermelha” de fungos ameaçados na Península Ibérica, assim como boas práticas para a sua recolha, ajudando a conhecer e respeitar a natureza.

Para a CORANE, a edição “surge para colmatar algumas lacunas e estimular o interesse de curiosos, estudantes e empreendedores”, numa aposta estratégica da associação no desenvolvimento local sustentado da Terra Fria – uma das regiões de maior diversidade micológica de todo o noroeste da Península Ibérica.

Editor: CORANE – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina

Páginas: 226

Ano: 2012

Publicação editada com apoio LEADER, no âmbito do Projeto de Cooperação LEADER Ambiempleate

<http://www.ambiempleate.es/>



PROVE

Lisboetas provam e aprovam

www.prove.com.pt



“São mais de 80 os consumidores lisboetas que levam todas as semanas para casa produtos hortícolas de qualidade.”

O lançamento da iniciativa PROVE em Lisboa, no passado dia 7 de fevereiro, no Mercado de Santa Clara, foi um êxito. Logo na primeira semana foram entregues 42 cabazes PROVE (um recorde).

Hoje, já são mais de 80 os consumidores lisboetas que levam todas as semanas para casa produtos hortícolas de qualidade, diretamente do produtor.

Os cabazes com 5-6 kg, a 10 euros cada, compõem-se de fruta e legumes variados provenientes da exploração agrícola de Ana Marques, situada na várzea da Moita. Uma jovem produtora, de 32 anos, adepta do Modo de Produção Proteção Biológico, sistema agrícola que utiliza técnicas amigas do ambiente e permite obter produtos de elevada qualidade.

O lançamento do PROVE em Lisboa resulta da colaboração entre a ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (entidade coordenadora do projeto PROVE) e a Associação As Idades dos Sabores, promotora do Centro das Artes Culinárias.

Contando com Lisboa, são já 38 os núcleos PROVE espalhados por todo o país, envolvendo cerca de 100 produtores agrícolas e respetivos agregados familiares e 1500 consumidores, e permitindo semanalmente a comercialização de 11 toneladas de produtos hortofrutícolas nos 45 locais de entrega existentes.

Para breve poderá estar o lançamento do PROVE no Alto Cávado, onde a entidade dinamizadora Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem – ATAHCA – tem vindo a promover, nos últimos meses, palestras e seminários de apresentação e divulgação do projeto, assim como oficinas com o objetivo de qualificar os técnicos (mediadores) que fazem a ligação entre produtores e consumidores.

Mais recentemente, no passado dia 16 de fevereiro, a ATAHCA promoveu uma visita a várias explorações agrícolas do núcleo PROVE do Vale do Sousa, dinamizado pela ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa.

Integrando três dezenas de técnicos, mediadores e potenciais produtores agrícolas do PROVE Alto Cávado (concelhos de Amares, Barcelos, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde), a visita permitiu o contacto direto com toda a realidade de funcionamento do núcleo de produtores de Felgueiras, da logística, colheita e transporte de produtos até ao local de entrega, à preparação e entrega de cabazes aos consumidores PROVE.

Em fevereiro também, nos dias 28 e 29, a DESTEQUE – Associação para o

Desenvolvimento da Terra Quente organizou, em Mirandela, uma oficina de mediadores PROVE.

A ação contou com 10 técnicos de desenvolvimento dos concelhos da Terra Quente (Alfândega da Fé, Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) que tiveram assim a oportunidade de conhecer melhor a metodologia de implementação do projeto.

Dado o êxito da ação, está prevista a realização de uma segunda oficina neste território, cujo programa incluirá uma visita a uma exploração de produtores agrícolas do núcleo de Paredes, dinamizado pela ADER-SOUSA.

Tendo recentemente aderido à parceria PROVE, a ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejano realizou também uma oficina de mediadores, nos dias 6 e 7 de março, em Portalegre, que contou com 10 participantes.

Com vista à constituição do núcleo PROVE no Norte Alentejano, a associação prepara-se para visitar algumas das explorações agrícolas do núcleo PROVE Península de Setúbal, dinamizado pela ADREPES.

O PROVE – Promover e Vender pretende contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores.

O projeto PROVE desenvolve-se no âmbito da cooperação LEADER/SP3 PRODER, contando com a participação de 16 Grupos de Ação Local e o apoio da Federação MINHA TERRA.

Rota do Guadiana dinamiza conhecer e saber no olival tradicional

A cultura da oliveira e o azeite são indissociáveis da nossa história, cultura e tradição. Ao apogeu nas décadas de cinquenta e sessenta seguiu-se um período de declínio da produção, que foi invertido apenas nos últimos anos com as novas plantações de olivais intensivos localizados em novas áreas de regadio, anteriormente ocupadas por outras culturas. Simultaneamente, existe um vasto património de olivais tradicionais que ocupa quase nove por cento da superfície agrícola, representa quase noventa por cento do olival, está concentrado em regiões desfavorecidas do interior, de baixa densidade populacional, tem variedades produtoras de azeites típicos de elevada qualidade, é estruturante de uma paisagem rural identitária mas está amplamente ameaçado pelo abandono.

Perante esta realidade, abrangendo muitas pessoas e muitos lugares de territórios rurais mais fragilizados, surgiu um projeto – “Olival tradicional” – que articula as várias componentes do sistema produtivo, integra os vários agentes locais do desenvolvimento e está orientado para a aprendizagem coletiva. É promovido pela Rota do Guadiana Associação de Desenvolvimento Integrado, envolve diretamente os olivicultores de Vila Verde de Ficalho, dois lagares de azeite que laboram azeitonas provenientes daquela freguesia (Azeite Ficalho e Talefe), a Junta de Freguesia e o Instituto Nacional de Recursos Biológicos \ Instituto Nacional de Investigação Agrária, como consultor e coordenador científico. É também uma parceria transfronteiriça com três Grupos de Desenvolvimento Rural da



Andaluzia: de Poniente Granadino, de Alpujarra e de Vale de Lecrin.

Entre as principais condicionantes, salientam-se a pequena dimensão e a fragmentação dos olivais, a que se associam as fragilidades dos produtores e o baixo capital social dos territórios. Em resposta a estas condicionantes, têm-se por objetivo estudar e promover uma gestão partilhada em olivais tradicionais de pequena dimensão, promover a partilha e a difusão do conhecimento científico e

técnico entre os *stakeholders* do sector olivícola, e promover o intercâmbio de conhecimento e experiências. Pretende-se que o projeto contribua para o incremento do rendimento económico dos olivais tradicionais, de forma sustentada e promotora da coesão social e territorial.

“A cultura da oliveira e o azeite são indissociáveis da nossa história, cultura e tradição.”

Territórios Rurais em Rede

Uma parceria constituída pela Federação MINHA TERRA, que representa todos os Grupos de Ação Local (GAL), e pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural enquanto entidade responsável pela animação da Rede Rural Nacional está a desenvolver um projeto destinado a criar um contexto favorável ao estabelecimento de projetos no âmbito da cooperação LEADER, promover a divulgação de boas práticas, criar sinergias entre os projetos em curso e contribuir para um adequado desenho das medidas de cooperação no próximo período de programação.

Este projeto, designado “Territórios Rurais em Rede II”, é apoiado pelo Programa da Rede Rural Nacional, vindo dar sequência e

“Estabelecimento de projetos no âmbito da cooperação LEADER, promover a divulgação de boas práticas, criar sinergias entre os projetos em curso.”

aprofundar os objetivos de um projeto anterior com o mesmo nome. É neste âmbito que as duas entidades pretendem assegurar a elaboração de um repertório sobre os projetos de cooperação no atual período de programação, assim como a realização de um estudo que, à luz da experiência dos projetos já encerrados e em curso, permita construir ferramentas para monitorizar e avaliar os projetos e cooperação e sugerir orientações para a estruturação destas medidas nos futuros

Programas de Desenvolvimento Rural.

O projeto enquadra também, do ponto de vista do apoio técnico, as visitas que numerosos GAL estrangeiros, que procuram conhecer a experiência do LEADER em Portugal, solicitam às duas entidades parceiras.

A publicação da revista “Territórios em Rede” é a atividade de maior visibilidade para o grande público financiada pelo projeto, que garantirá três números da revista no decurso de 2012.

ZETHOVEN: 250 crianças (en)cantam na Sé da Guarda

A Sé Catedral da Guarda acolheu, no passado dia 3 de março, o primeiro concerto no âmbito do projeto de cooperação LEADER ZETHOVEN entre quatro Grupos de Ação Local (GAL): Douro Superior, Pró-Raia, Raia Histórica e Pays Sud Charente (França).

As 250 crianças interpretaram 14 peças de cariz infantil-popular (portuguesas e francesas), com arranjos e direção musical do maestro Luís Cipriano.

Os pequenos intérpretes, oriundos dos concelhos de Almeida, Guarda, Freixo de

Espada à Cinta, Mêda, Mogadouro, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso, Vila Nova de Foz Côa, Barbezieux e Chalais (França), foram acompanhados pela Orquestra Clássica da Beira Interior.

Com entrada livre, o concerto foi um êxito, contando com a presença de mais de 600 espetadores. Para as crianças foi “uma alegria participar neste acontecimento”, “um momento único” e “divertido”; palavras partilhadas pelas próprias com a audiência, instantes antes do início da atuação.

No dia anterior, as crianças participaram na gravação do CD ZETHOVEN, pela primeira vez cantado em português e francês.

Além de vários concertos locais (nos territórios dos parceiros), o ZETHOVEN irá apresentar-se em Lisboa, no próximo dia 1 de junho – Dia Mundial da Criança.

O objetivo do ZETHOVEN é desenvolver o gosto pela música e proporcionar o intercâmbio cultural entre crianças de dois países diferentes.



Histórias Decantadas: Primeiro ato

A peça de teatro “A Menina Inês Pereira” é o primeiro espetáculo produzido no âmbito do projeto de cooperação LEADER Histórias Decantadas dos Grupos de Ação Local (GAL) ADIRN, ADREPES e ADRIMINHO.

Organizado pela ADIRN, em parceria com o grupo de teatro Fatias de Cá, a peça subiu ao palco pela primeira vez no passado dia 28 de janeiro, na Quinta Casal das Freiras, em Tomar.

Apresentada em locais singulares, a peça tem vindo a percorrer o território de intervenção da associação. No total, serão 13 as apresentações da “Menina

Inês Pereira” que também será levada à cena nos territórios da ADREPES e ADRIMINHO.

O que se pretende no Histórias Decantadas é que a cultura associada aos produtos e aos recursos

locais fomenta um processo de criação artística, tendo como resultado o fortalecimento da identidade e visibilidade dos territórios.

De encontro a este objetivo e seguindo a mesma lógica de parceria com grupos locais, a ADREPES irá organizar um espetáculo com o grupo de teatro O Bando, e a

ADREMINHO com a companhia de teatro Comédias do Minho.

Centrado na cultura vitivinícola e no vinho – fortemente associados à identidade dos territórios dos três parceiros do projeto –, o Histórias Decantadas deverá atingir o seu momento alto na época das vindimas.



World Adventure promove-se em Amesterdão e Berlim

“Mais do que uma marca, pretende-se que a World Adventure seja uma rede sustentável.”

Divulgar a marca junto dos profissionais do setor do turismo. Foi com este objetivo que a World Adventure marcou presença na ITB Berlim, de 7 a 11 de março, e na Fiets en Wandelbeurs, em Amesterdão, nos dias 11 e 12 de fevereiro.

Na sequência da participação nestas duas feiras de turismo – as maiores realizadas na Europa – foram efetuados diversos contactos profissionais que irão contribuir para potenciar o futuro acesso aos mercados internacionais

da comercialização dos produtos World Adventure.

Canoagem, percursos pedestres e de BTT, mergulho são as principais atividades que têm sido exploradas pela parceria do projeto de cooperação LEADER QTA – Qualificação do Turismo Ativo, que junta 23 Associações de Desenvolvimento Local.

O principal objetivo do projeto, que é coordenado pela ADIRN, passa pela qualificação de empresas de animação turística ou unidades hoteleiras que promovam turismo ativo nos seus territórios.

Mais do que uma marca, pretende-se que a World Adventure seja uma rede sustentável de parceiros para a oferta de destinos turísticos centrados nas atividades desportivas e de aventura na natureza.



ESDIME e Terras Dentro na FITUR

A presença na 32ª edição da Feira Internacional de Turismo, realizada em Madrid, entre 18 e 22 de janeiro, constituiu um importante momento de divulgação do projeto de cooperação LEADER “Rotas Sem Barreiras”.

Durante o certame, a parceria do projeto – que integra a Cedeco-Tentudía e ADERCO de Espanha – aproveitou a oportunidade para sensibilizar centenas de visitantes para a importância de um turismo acessível a todos.

A divulgação da rota turística traçada entre o Alentejo e a Extremadura Espanhola, abrangendo os territórios dos quatro Grupos de Ação Local parceiros, foi um dos principais objetivos da participação.

Além desta rota, materializada num roteiro (em Português, Espanhol e Inglês) com a descrição de diversas opções turísticas e respetivos níveis de acessibilidade, o projeto contempla a criação

de um sítio na internet acessível a pessoas com deficiência, a produção de um DVD promocional, a edição de um manual técnico para profissionais do setor turístico e, ainda, o compromisso de cada território parceiro de adaptar um núcleo museológico para pessoas com deficiência visual, auditiva e motora.

O projeto “Rotas Sem Barreiras”, que nasceu em 2004, desenvolve atualmente a segunda fase de atividades no âmbito da Cooperação Transnacional LEADER.

Para a associação Terras Dentro, que lidera a parceria, “este projeto foi e continuará a ser um passo em frente para a não discriminação no acesso ao turismo e um valor acrescentado à oferta turística, ampliando o mercado a potenciais clientes e contribuindo efetivamente para o desenvolvimento sustentável destas regiões”.

“A divulgação da rota turística traçada entre o Alentejo e a Extremadura Espanhola, foi um dos principais objetivos da participação.”



ADL, ADRIMAG e LEADEROESTE

Fruit Logistica

A participação conjunta na Fruit Logistica, que decorreu de 8 a 10 de fevereiro, em Berlim, no âmbito do projeto de cooperação LEADER, superou todas as expectativas.

De encontro aos objetivos do projeto, os Grupos de Ação Local (GAL) apoiaram organizações de fileira relevantes nos seus territórios, através da Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano (ASA), da Mirtilusa, da Associação de Produtores de Pera Rocha (ANP) e da Associação Interprofissional de Horticultura (AIHO).

Para a parceria, “o objetivo foi plenamente atingido”, “superando as melhores expectativas”, “tendo sido realizados centenas de contactos das mais diversas proveniências”. As organizações apoiadas pelos GAL manifestaram o interesse em participar em futuras

“O objetivo foi plenamente atingido.”

edições, “uma vez que o efeito de alavancagem do apoio prestado pelos GAL foi considerado indispensável no sucesso da mesma”.

Os GAL integraram o espaço de Portugal na Fruit Logistica – Portugal Fresh – que contou com a participação de 35 empresas.

Em visita oficial ao stand, a ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Assunção Cristas, disse que as exportações de frutas e legumes cresceram 10 por cento nos últimos dois anos, devendo atingir este ano os mil milhões de euros, valores que demonstram o “dinamismo do setor”.



Turismo vitivinícola

Projeto de cooperação ITER VITIS

“O projeto de cooperação transnacional tem como principais objetivos promover e desenvolver as Regiões Vitivinícolas Demarcadas.”

No âmbito do projeto de cooperação ITER VITIS, centrado na promoção vitivinícola, a ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores encontra-se a participar em quatro feiras internacionais de turismo, em França, realizadas em fevereiro e março, em que divulga as potencialidades do turismo vitivinícola no seu território.

O projeto é realizado por uma parceria constituída pela ADELIAÇOR (entidade gestora da Abordagem LEADER do PRORURAL nas Ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo), a GRATER (Terceira e Graciosa), o Pays des Bastides et Vignoble du Gaillac (Tarn – França), Vallée du Layon (Loire – França),

Serre Calabresi Alta Locride (Calábria – Itália) e a Associação Internacional das Rotas do Vinho - ITER VITIS, que partilha o seu nome com o projeto.

A Associação ITER VITIS, constituída por entidades de 17 países, criou a Rota Cultural dos Caminhos da Vinha na Europa, classificada como Itinerário Cultural do Conselho da Europa. O seu principal objetivo é a promoção do património agrícola associado à produção de vinho de qualidade. O projeto de cooperação transnacional daqui resultante tem como principais objetivos promover e desenvolver as Regiões Vitivinícolas Demarcadas, através de iniciativas várias.



ADIRN promove conferência sobre Turismo Sustentável

“A troca de experiências de turismo sustentável entre Portugal e Cabo Verde foi o principal objetivo da organização do encontro.”

A conferência sobre Turismo Sustentável, organizada em parceria com a Câmara Municipal da Ribeira Grande (Santo Antão) e a associação local AMI – Ribeirão, no âmbito do projeto de cooperação LEADER “Rota da Morabeza”, decorreu no passado dia 14 de janeiro.

O evento contou com a presença do secretário de Estado do Desenvolvimento Rural de Portugal, Daniel Campelo, da ministra do Desenvolvimento Rural de Cabo Verde, Eva Ortet, do presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, Orlando Delgado, e do presidente da ADIRN, Pedro Ferreira, entre outros participantes de entidades locais e de Portugal.

O programa privilegiou intervenções sobre o plano estratégico para o turismo sustentável de Santo Antão, a gestão dos parques e áreas protegidas desta ilha e vários casos de sucesso, como o Geoparque de Arouca, o Geoparque dos Açores e o projeto de cooperação LEADER QTA (Qualificação do Turismo Ativo).

A troca de experiências de turismo

sustentável entre Portugal e Cabo Verde, com base no desenvolvimento de novos produtos turísticos e mercados, otimização de recursos, transferência de *know-how*, criação de sinergias e disseminação da Abordagem LEADER, foi o principal objetivo da organização do encontro.

No âmbito desta deslocação a Cabo Verde – enquadrada também no projeto de cooperação LEADER “Encurtar Distâncias” – entre a ADIRN e a ADREPES –, os GAL participaram numa mostra de produtos locais com especialidades dos seus territórios, nas comemorações do dia do município de Ribeira Grande e visitaram projetos nos restantes concelhos da ilha de Santo Antão.

Para a ADIRN, tratou-se de “uma oportunidade para uma reflexão aprofundada e exigente sobre o processo de desenvolvimento do município de Ribeira Grande, e da ilha de Santo Antão, no domínio do turismo, bem como apontar novas pistas e experiência partilhadas com outros municípios e regiões geminadas, como é o caso de Portugal”.



Desenvolvimento Comunitário – Manual de Boas práticas – A experiência de Santo Antão (Cabo Verde)

A publicação é o resultado da ação de formação “Formação de Formadores para Desenvolvimento Comunitário, Planeamento, Gestão e Avaliação de Projetos” desenvolvida no âmbito da intervenção Nós Junte – Aprender e Construir Desenvolvimento, Lutar Contra a Pobreza, entre janeiro de 2010 e maio de 2011, na ilha de Santo Antão, em Cabo Verde.

O manual encontra-se organizado em duas partes: na primeira, é apresentada a parceria

e os parceiros do projeto Nós Junte, e a metodologia utilizada para a identificação das experiências de desenvolvimento comunitário; a segunda revela as várias práticas e os seus protagonistas.

Reunindo um vasto número de experiências protagonizadas pelas comunidades rurais no combate à pobreza, a edição está estruturada para que venha a constituir uma ferramenta de trabalho para a intervenção futura das duas ONG MONTE e Conselho Regional

de Parceiros de Santo Antão (CRP – SA).

Porque as experiências e as dinâmicas das comunidades rurais são bastante mais complexas e ricas do que os relatos necessariamente sintéticos apresentados, o manual não tem a pretensão de ter reunido todas as boas experiências de desenvolvimento comunitário conhecidas na ilha de Santo Antão. Trata-se de um trabalho em construção que se pretende aprofundar em cooperação.

Coordenação de Marta Alter
Vários autores
Páginas: 154
Editor: MONTE – Desenvolvimento do Alentejo Central, ACE
Ano: 2011

AGENDA

20 a 22 de abril 2012 · Kielce, Polónia

Agrotravel – The Fourth International Rural Tourism and Agritourism Fair

A iniciativa pretende apresentar as ofertas e atrações do turismo rural e agroturismo, oriundos de uma grande variedade de países e regiões. Funciona como um ponto de encontro para conhecer e divulgar o que de mais interessante se faz em termos de turismo rural e agroturismo. Em simultâneo decorrerá a conferência "Perspetivas de Desenvolvimento do Turismo Rural na Europa".

<http://agro.travel/en/fair/>

10 a 12 de maio 2012 · Le Puy en Velay, França

Premier Marché Européen des Produits Locaux

O encontro é uma oportunidade importante para trocar experiências com profissionais do setor relativamente à promoção de produtos locais, circuitos curtos e organização de fileiras, identificando as ligações entre a agricultura e o turismo.

<http://goo.gl/ENoq8>



24 a 27 de maio 2012
Mekrijärvi, Finlândia

Escola de verão de Desenvolvimento Rural

A iniciativa, organizada pela Universidade de Oulu, estará centrada no tema "Natureza e paisagem moderna; tesouros ou ameaças?".

<http://goo.gl/5tzJI>



7 a 9 de junho 2012 · São Tomé e Príncipe

II Encontro Internacional de Desenvolvimento Local

O encontro será uma excelente oportunidade para os interessados na temática do desenvolvimento local abordarem os produtos locais, o empreendedorismo local e o turismo, e a governação e participação.

<http://goo.gl/14oFI>

27 a 28 de abril 2012 · Bruxelas, Bélgica

Local Development Strategies and Co-Operation: Key Approaches to Local Development

A conferência visa a melhoria da qualidade das Estratégias de Desenvolvimento Local e da sua implementação, e encorajar uma nova vaga de projetos de cooperação transnacional.

<http://goo.gl/ByGop>



24 a 27 de maio 2012 · Lituânia

Feira Transnacional LEADER

A Rede Rural da Lituânia está a organizar uma feira transnacional de GAL (Grupos de Ação Local), com o objetivo de promover o encontro das redes rurais nacionais dos países comunitários e dos respetivos produtos.

Para mais informações: jelenaj@zum.lt



29 a 31 de maio 2012 · Levoca, Eslováquia

LEADERFest 2012

Este será o terceiro encontro internacional de representantes dos Grupos de Ação Local, e de outros atores do Desenvolvimento Rural da União Europeia, que trabalham com a Abordagem LEADER, que este ano decorrerá na histórica cidade de Levoča, Património Mundial da UNESCO.

<http://www.maslev.sk/>

12 a 14 de junho 2012 · Sul da Estónia

LINC Event

O evento procura, de forma inovadora, promover o contacto e a troca de experiências entre territórios LEADER de toda a Europa. Combina a partilha de conhecimento sobre inovação e cooperação no âmbito do desenvolvimento rural com um conjunto de eventos desportivos.

<http://www.info-linc.eu/est>

Ficha técnica

Edição: MINHA TERRA

Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

Rua Bartolomeu Dias, 172 D - 1º Esq.
1400 - 031 Lisboa

Telefone +351 21 781 92 30 · Fax +351 21 781 92 32

Email: minhaterra@minhaterra.pt

www.minhaterra.pt

Diretora: Regina Lopes

Editor: Luís Chaves

Redação: Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Pedro Reis (Rota do Guadiana), Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número: Kasia Panfil

Fotografias: ACAPORAMA, ADIRN, ADREPES, ADELIAÇOR, ADL CORANE, Ilídio Mesquita (Douro Superior), Jorge Coelho (MONTE - ACE), Luís Catarino (IICT), Marta Alter (MONTE - ACE), Paula

Matos dos Santos, Ricardo Carretas (MONTE - ACE), Rita Reis (Empower), Terras Dentro

Design: Teresa Braga (Empower)

Impressão: Europress

Tiragem: 7000 exemplares

Depósito Legal: 331103/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário desta revista.